



**6 de Dezembro de 2023 - Eleições para os Órgãos Regionais do STAL
Quadriénio 2024 - 2027**

LISTA A

***Avançar com a Luta! Aumentar Salários!
Dignificar Carreiras! Defender os Serviços Públicos! Reforçar o STAL***

COMPOSIÇÃO DA LISTA A

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL – MAR



Joaquim Ferreira
Sócio n.º 7827
(Apos.) CM Carrazeda de Ansiães
Presidente



João Paulo Costa
Sócio n.º 102050
CM Macedo de Cavaleiros
Secretário



Luís Miguel Dias
Sócio n.º 109022
CM Miranda do Douro
Secretário

DIRECÇÃO REGIONAL



Ana Pimpão
Sócia n.º 110323
CM Mirandela



António Pereira
Sócio n.º 29384
CM Torre de Moncorvo



António Gonçalves
Sócio n.º 67282
CM Torre de Moncorvo



Cândido Pontes
Sócio n.º 37629
CM Vinhais



Delfim Gralhós
Sócio n.º 84129
CM Bragança



Fernando Choupina
Sócio n.º 51862
CM Bragança



Francisco Moura
Sócio n.º 35174
CM Mogadouro



Francisco Marcos
Sócio n.º 36563
CM Miranda do Douro



Gualter Castro
Sócio n.º 79538
AHBV Freixo de Esp. Cinta



Joaquim Paradelas
Sócio n.º 21995
CM Macedo de Cavaleiros



José Aquilino
Sócio n.º 33885
CM Vimioso



José Manuel
Sócio n.º 16198
CM Vinhais



Júlio Afonso
Sócio n.º 36470
CM Miranda do Douro



Luís Estevinho
Sócio n.º 21337
CM Bragança



Manuel Lopes
Sócio n.º 85248
CM Alfândega da Fé



Miguel Calvário
Sócio n.º 29108
CM Carrazeda de Ansiães



Ricardo Pereira
Sócio n.º 89774
CM Mogadouro



Rui Araújo
Sócio n.º 65560
CM Alfândega da Fé



Susana Bartolo
Sócia n.º 68257
CM Carrazeda de Ansiães



Zulmira Ferreira
Sócia n.º 66259
CM Mirandela

AS LINHAS DE ACÇÃO DA NOSSA LISTA SÃO:

Aumentar os salários

A valorização dos salários é condição de desenvolvimento e determinante para uma justa distribuição da riqueza e uma urgência perante o aumento brutal do custo de vida. Uma exigência que, no caso concreto dos trabalhadores da Administração Pública, massacrados por anos de perda real de salário, ganha ainda mais força. Porque é justo, necessário e possível o aumento significativo dos salários, continuaremos a lutar por:

- Aumento salarial de, pelo menos, 15 %, num mínimo de 150 €, para todos os trabalhadores, com efeitos a 1 de janeiro de 2024;
- Fixação do salário mínimo na Administração Pública em 920 € a 1 de janeiro de 2024, atingindo os 1000 € nesse ano;
- Atualização do subsídio de refeição para 10,50 €.

Direito à carreira e à profissão. Uma avaliação de desempenho justa e sem quotas

O direito à carreira impõe a recuperação das profissões; a evolução por progressão e promoção, após três anos na mesma posição remuneratória/categoria, remuneratória, com desempenho positivo; uma formação que permita melhorar o desempenho profissional; a revogação do SIADAP, exigências que o governo continua a recusar.

Continuaremos a exigir a revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo, que valorize, realmente, os trabalhadores, potenciando o desenvolvimento e a progressão profissionais.

Combater a desregulação dos horários de trabalho - 35 horas para todos

A duração da jornada de trabalho está no cerne da luta por condições de trabalho e de vida dignas. Rejeitamos a introdução de regimes como a adaptabilidade, o banco de horas e outras formas de desregulação, e exigimos a redução do período normal de trabalho, sendo que a propalada semana de 4 dias só faz sentido sem aumento da jornada diária e sem qualquer perda de salário. Assim, prosseguiremos em defesa da aplicação do horário semanal de 35 horas a todos os trabalhadores, sem perda de retribuição.

Eliminar a precariedade. Assegurar vínculos efetivos

A valorização do trabalho implica o fim da precariedade que subsiste e aumenta nas autarquias e no sector empresarial, com os contratos a termo, à tarefa, de emprego e inserção, o trabalho temporário, os “recibos verdes” e o recurso a programas de Ocupação de Tempos Livres. Continuaremos a reivindicar a eliminação de todas as formas de precariedade e a abertura de procedimentos concursais que garantam a efetivação do princípio de que a necessidades permanentes tem de corresponder um vínculo definitivo.

Mais saúde e segurança no trabalho

Todos os trabalhadores têm direito à prestação do trabalho em condições socialmente dignificantes e à segurança e saúde em todos os aspetos da sua atividade. A melhoria das condições de trabalho exige locais de trabalho seguros e saudáveis.

Defesa e valorização da contratação coletiva

A contratação coletiva é um dos instrumentos fundamentais da melhoria das condições de trabalho. Cada caderno reivindicativo apresentado, cada Acordo de Empresa e Acordo Coletivo, assinado e/ou revisto, é um avanço na luta pela defesa, reposição e conquista de direitos, sendo que é possível ir mais longe no caminho da valorização dos trabalhadores, o que exige um redobrar dos esforços na preparação, condução e conclusão destes processos.

FORTALECER O STAL. AFIRMAR, DEFENDER E CONQUISTAR DIREITOS

O modelo sindical perfilhado pelo STAL – de classe, reivindicativo e de massas – só é possível com uma forte ligação aos trabalhadores. A presença, o contacto permanente com os trabalhadores, mesmo nas condições mais difíceis, como foi durante a pandemia, associados a uma rede alargada de dirigentes e delegados sindicais e representantes dos trabalhadores para a SST, são garantias de uma ligação estreita à base, aos trabalhadores representados, fundamental para o sindicalismo e para a Acção que nos caracteriza: construir a reivindicação a partir dos anseios dos trabalhadores, intervir junto deles e mobilizar para a Acção e a luta reivindicativas.



VOTA

**PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES
PELO FORTALECIMENTO E AFIRMAÇÃO DO STAL**

DÁ MAIS FORÇA AO TEU SINDICATO!